



ATA DA REUNIÃO

Data: 07 de agosto de 2025

Hora: 14h

Local: Secretaria do Tribunal de Contas da União em São Paulo (Rua Frei Caneca, 1381, Edifício Cetenco Plaza, Torre Norte, 25º andar, Cerqueira César)

Pauta da Reunião

1. Aprovação da ata da reunião plenária do FOCCOSP, realizada em 10/07/2025;
2. Atualização sobre a tramitação da minuta do Acordo de Cooperação Técnica;
3. Apresentação das prioridades institucionais de cada órgão para 2025/2026;
4. Assuntos Gerais.

Participantes:

- Adriana Straub – Coordenadora Geral de Correição, Detran-SP
- Andrea Alves Martins – Delegada, Polícia Federal
- Daniel Arévalo Nunes da Cunha - Procurador do Estado, PGE-SP
- Eduardo Augusto – Auditor fiscal, Sefaz-SP
- Evandro Lopes Salgado – Delegado, Polícia Civil-SP
- Fabio Marchini – Auditor Fiscal, Receita Federal
- Florêncio dos Santos Penteado Sobrinho – Ouvidor, Sefaz-SP
- Guilherme Castro Junior – Chefe de Núcleo de Ações Especiais, CGU
- Izabela Angélica Queiroz Fonseca – Promotora de Justiça, MP-SP
- Jardel Soares Fernandes – CGM-SP
- João Marcio – Ministério Público de Contas de São Paulo, MPC-SP
- Leonardo Romanelli - Promotor de Justiça, MP-SP
- Leonardo Silvestre Cabral – Coordenador do Controle Interno, Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo
- Luciana Araujo Amorim dos Santos – Gestora de Projetos, Secretaria Municipal de Gestão
- Luciana Guerra – Chefe de Unidade, TCM-SP
- Marco Prado Masella – Secretário Substituto, TCU
- Marcio Gonçalves – Subsecretário de Combate à Corrupção, CGE
- Maria Laura Posada – Estagiária, TCU
- Mirella Zaniboni – Corregedora Auxiliar, Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
- Pedro Antunes Alexandre – Superintendente Substituto, CGU
- Pedro Ribeiro Fagundes – Chefe Técnico, TCE-SP
- Rafael Schiavone – Coordenador, Sefaz-SP



- Renato Manente Correa – Procurador do Estado, PGE-SP
- Ricardo Tieppo – Perito, Polícia Técnico Científica do Estado
- Rodrigo Morello Alves – Auditor Municipal de Controle Interno, CGM-SP
- Thales Fernando de Campos Pissolato – Diretor da Secretaria de Auditoria Interna, TRF da 3ª Região
- Valmir Gomes Dias – Ouvidor Geral do Estado, CGE-SP
- Waldirene Santana dos Santos – Diretora da Diretoria de Controle e Integridade, Detran-SP

Abertura

A reunião foi iniciada pelo Secretário-Substituto do TCU, Marco Masella, que deu as boas-vindas aos participantes e solicitou que cada um se apresentasse. Após as apresentações, os itens da pauta foram abordados conforme a ordem estabelecida.

1. Aprovação da ata da reunião plenária do FOCCOSP, realizada em 10/07/2025

A ata da reunião realizada em 10 de julho de 2025 foi aprovada sem ressalvas pelos presentes.

2. Atualização sobre a tramitação da minuta do Acordo de Cooperação Técnica

A minuta encontra-se em fase de tramitação na maioria dos órgãos. Alguns participantes solicitaram o reenvio do documento, pois ainda não haviam tido acesso à proposta. Ficou acordado que, após o recebimento das manifestações, a Secretaria Executiva consolidará as sugestões de alteração e elaborará a versão final para debate e assinatura.

3. Apresentação das prioridades institucionais de cada órgão para 2025/2026

Primeiramente, Marco Masella apresentou as diretrizes do Tribunal de Contas da União: foco no cidadão, a participação cidadã e o diálogo institucional. Exemplificou com a Força-Tarefa Cidadã, a auditoria sobre proteção a idosos quanto a golpes digitais e a auditoria recém-aprovada sobre combate à lavagem de dinheiro nas apostas online.

Pedro Antunes apresentou as diretrizes da Controladoria-Geral da União: aproximar a atividade de auditoria e ouvidoria do cidadão. Como exemplo, citou o programa “CGU Presente”, que realiza avaliações colaborativas da execução de políticas públicas em municípios por meio de um sistema de sorteios, que já contemplou Barueri e Campinas, no estado de São Paulo.

Jardel Soares Fernandes apresentou as diretrizes da Controladoria Geral do Município de São Paulo: aprimorar o Programa de Integridade e Boas Práticas, a adequação de auditorias a padrões internacionais e o fortalecimento tecnológico do controle interno.



Como exemplo, mencionou o Índice de Governança e de Integridade (IGI), já instituído por decreto em julho de 2025 e em fase de implementação na Prefeitura.

O Ministério Público do Estado de São Paulo, representado por Izabela Angélica Queiroz Fonseca e Leonardo Romanelli, destacou como iniciativas o fomento à cobrança da dívida ativa e a cooperação interinstitucional em frentes de integridade. Citou o painel da dívida ativa e a retomada do projeto de tipologias de empresas fantasmas.

Pedro Ribeiro Fagundes informou que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresentará as diretrizes após a posse da nova gestão prevista para próximo mês. Como exemplo de ação em andamento, mencionou a consolidação de tipologias de diversos órgãos em um painel BI, com proposta de reunião do grupo da “Ação 1” para validação e posterior apresentação em Reunião Plenária.

Márcio Gonçalves apresentou as diretrizes da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo: Radar Anticorrupção e do Comitê de Combate à Corrupção, com mais de cem medidas envolvendo auditoria, ouvidoria e integridade. Como exemplo, destacou o painel interativo de monitoramento.

Florêncio dos Santos Penteado Sobrinho apresentou as diretrizes da Ouvidoria alinhada aos decretos sobre integridade e combate à corrupção. Citou o uso da Plataforma Fala SP para registro e tramitação de denúncias com confidencialidade.

Luciana Guerra apresentou as diretrizes do Tribunal de Contas do Município de São Paulo: acompanhar grandes contratos da cidade e fortalecer a transparência e a governança interna. Como exemplo, mencionou a reformulação do painel IRIS (Informações de Relevante Interesse Social) — uma ferramenta digital que permite ao cidadão acompanhar dados sobre licitações, despesas, receitas e contratos em tempo real — cuja nova versão deve ser relançada até o fim do ano.

João Márcio apresentou as diretrizes do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo: intensificar a cooperação institucional, o uso de tecnologia para transparência e o fortalecimento dos canais de denúncia. Como exemplo, citou o Mapa da Dívida Ativa e a ferramenta para monitorar contratações artísticas.

Waldirene Santana dos Santos e Adriana Straub apresentaram as diretrizes do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo: o foco no cidadão, integridade e combate à corrupção. Exemplificou com a criação de diretoria e agentes de integridade, publicação de dados abertos e atuação conjunta com a 4ª Delegacia de Polícia.

Renato Manente Corrêa apresentou as diretrizes da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo: atuação consultiva preventiva, acordos de leniência e grupos especiais de combate a fraudes. Citou a criação da Unidade de Gestão de Integridade e programas de compliance voltados à melhoria de contratos e identificação de riscos.

Luciana Araujo apresentou iniciativa relevante da Secretaria Municipal de Gestão de São Paulo, a criação de uma unidade de controle interno mais robusta e a elaboração da política de compliance.



Fabio Marchini apresentou exemplos de atuação da Receita Federal do Brasil: o reforço da integridade interna, a conformidade cooperativa e o combate à fraude fiscal estruturada. Citou a cooperação com outros órgãos e as restrições do sigilo fiscal como desafio à ampliação do compartilhamento de informações.

Andrea Alves Martins apresentou exemplos de atuação da Polícia Federal: recuperação de ativos e o enfrentamento de organizações criminosas estruturadas. Bem como investigações sobre regimes próprios de previdência com integração entre diferentes esferas estatais.

4. Assuntos Gerais

A Controladoria-Geral do Estado de São Paulo abordou a situação da ferramenta “Web denúncia”. Foi destacado que o sistema, criado a quase uma década, encontra-se desatualizado, com potenciais fragilidades na segurança e no tratamento das informações. A CGE manifestou não haver condições técnicas ou jurídicas para manter o sistema no formato atual, recomendando sua descontinuidade.

Como possível solução, foi proposta a manutenção da página de denúncias no portal do FOCCOSP, mas com direcionamento direto aos canais oficiais de cada órgão. Houve consenso em suspender imediatamente o recebimento de novas denúncias na plataforma, mantendo-a apenas para o tratamento das pendências já registradas, e deliberar, na próxima reunião, sobre o encaminhamento definitivo e a implementação do novo modelo.

Deliberações:

- Aprovada a Ata da Reunião de 10/07/2025;
- O recebimento de novas denúncias pela plataforma “Web denúncia” foi suspenso;
- Marcada a próxima reunião para o dia 04/09/2025, às 14h, na modalidade on-line, via Teams.

Próximos Passos:

1. As instituições integrantes do FOCCOSP deverão atualizar o cadastro de seus representantes titulares e suplentes por meio de e-mail à Secretaria Executiva;
2. A Secretaria Executiva divulgará a pauta da reunião de 04/09/2025 até o dia 25/08/2025:
 - a. A pauta da próxima reunião incluirá a discussão sobre o novo modelo de Web denúncia e outros assuntos de interesse geral;
 - b. A CGE deverá apresentar uma proposta de tratamento das pendências registradas para discussão na próxima reunião;
3. Os representantes continuarão a apoiar a tramitação da minuta do Acordo de Cooperação Técnica em suas instituições e comunicarão o andamento na



próxima reunião do FOCCOSP;

4. Após avaliação interna por parte dos representantes interessados, será definido o local da reunião presencial, a ser realizada em 02/10/2025.

Encerramento

A reunião foi encerrada às 15h40 pelo Secretário-Substituto, Marco Masella, que agradeceu a participação de todos.